



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 03 | março 2020



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia

GPEARI

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais
Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: março de 2020

Elaborado com informação disponível até ao dia 31 de março.

Editores:

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Rua da Alfândega 5-A

0110 - 016 Lisboa

Telefone: +351 218 823 390

Fax: +351 218 823 399

URL: <http://www.gpeari.gov.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.gov.pt

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia

Rua da Prata, 8

0149-147 Lisboa

Telefone: +351 217 921 372

Fax: +351 217 921 398

URL: <http://www.gee.gov.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

ISSN: 1747-9012



(Esta publicação respeita as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)

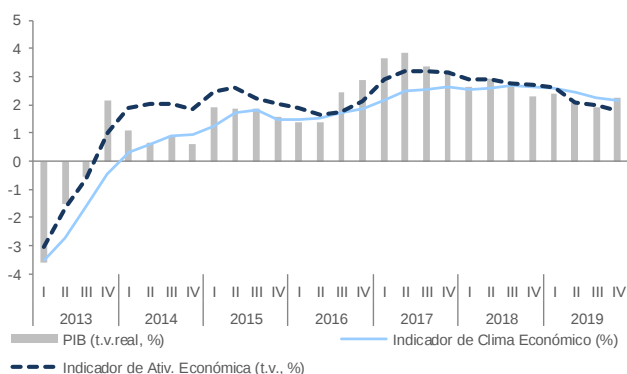
2. Conjuntura Nacional

A economia portuguesa encontra-se presentemente a viver um momento ímpar, dados os efeitos do choque económico global associado à pandemia COVID-19 e da redução da atividade económica decorrentes das medidas de contenção implementadas no país no decurso do mês de março, nomeadamente no âmbito do estado de emergência vigente. Porém, o desfasamento temporal da generalidade dos indicadores não permite ainda visualizar adequadamente tal choque, o qual é já perceptível ao nível dos mercados financeiros e de capitais (cuja reação e informação é mais rápida).

Atividade Económica e Oferta

De acordo com o INE, no trimestre terminado em fevereiro, o indicador de clima económico registou uma variação de 2,2% (que compara com 2,1% no quarto trimestre de 2019).

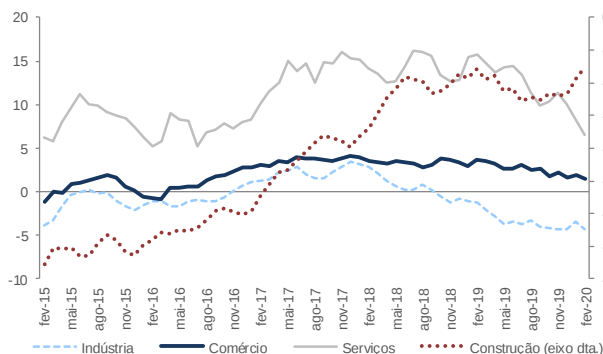
Figura 2.1. Indicador de Clima Económico



Fonte: INE.

Neste mesmo trimestre, assistiu-se a uma ligeira melhoria nos indicadores de confiança da indústria e da construção face aos valores observados no quarto trimestre de 2019, contudo no mesmo período registou-se uma deterioração dos indicadores de confiança do comércio e dos serviços.

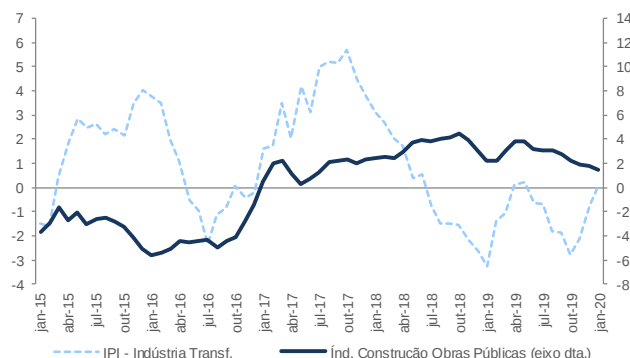
Figura 2.2. Indicadores de Confiança (SRE, MM3)



Fonte: INE.

No trimestre terminado em janeiro de 2020, observou-se uma ligeira redução no indicador de atividade económica do INE (1,7%) quando comparado com o valor registado no quarto trimestre de 2019 (1,8%).

Figura 2.3. Índices de Produção (VH, MM3)



Fonte: INE.

Os dados quantitativos disponíveis relativos ao trimestre terminado em janeiro de 2020, em termos médios homólogos, revelam que:

- na indústria transformadora, o Índice de Produção registou um crescimento de 0,1% (mais 0,8 p.p. face ao quarto trimestre de 2019) e o Índice de Volume de Negócios estabilizou em torno de 0,9%;
- o Índice de Produção na Construção e Obras Públicas apresentou uma variação de 1,5%, um valor inferior em 0,3 p.p. ao registado no quarto trimestre de 2019;
- o Índice de Volume de Negócios nos Serviços aumentou 2,6% (mais 0,5 p.p. face ao quarto trimestre de 2019);
- o Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho registou um crescimento de 3,7% (mais 0,1 p.p. face ao quarto trimestre de 2019).

Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

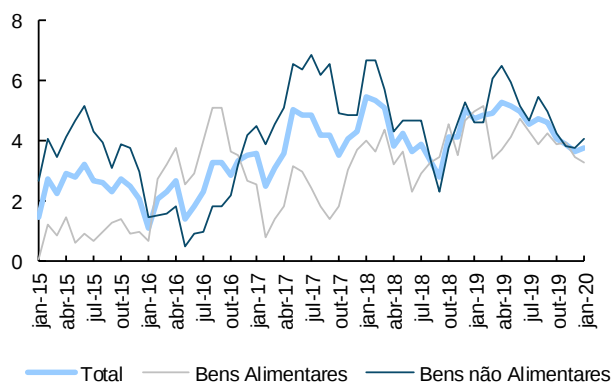
Indicador	Unidade	2019	2019	2019					2019			2020	
			4T	1T	2T	3T	4T		out	nov	dez	jan	fev
PIB – CN Trimestrais	VH Real	2,2	2,3	2,4	2,1	1,9	2,2		-	-	-	-	-
Indicador de Clima Económico*	SRE-VE	2,3	2,6	2,6	2,4	2,2	2,1		2,1	2,2	2,1	2,2	2,2
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	-3,5	-0,8	-2,1	-3,4	-4,1	-4,3		-5,7	-3,2	-4,2	-2,8	-5,7
Indicador de Confiança do Comércio	"	2,6	3,3	3,6	2,7	2,6	1,6		10	2,7	11	2,1	14
Indicador de Confiança dos Serviços	"	12,3	12,8	14,8	14,5	9,9	10,1		12,9	12,3	5,0	7,4	7,2
Indicador de Confiança da Construção	"	-11,1	-8,6	-9,5	-10,8	-12,7	-11,6		-12,3	-11,3	-11,0	-5,5	-5,9
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	-1,1	-2,6	-10	-0,7	-19	-0,8		-2,2	-0,5	0,5	0,3	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	0,2	18	18	-13	-0,6	0,9		14	-0,8	2,2	13	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	2,5	2,3	4,6	19	16	2,1		16	2,5	2,1	3,1	:

*valores mensais referem-se à média móvel a 3 meses. Fonte: INE.

Consumo Privado

No trimestre terminado no mês de fevereiro, o índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho cresceu 5%, acelerando dos 3,7% registados no trimestre terminado em janeiro. Em termos mensais, o índice de volume de negócios no comércio a retalho acelerou 4,1 p.p., de um crescimento homólogo de 4% em janeiro para 8,1% em fevereiro. O crescimento por agrupamentos foi de 4,9 p.p. nos bens alimentares e de 3,4 p.p. nos bens não alimentares, para taxas de variação homóloga de 8,6% e 7,7%, respetivamente, em fevereiro.

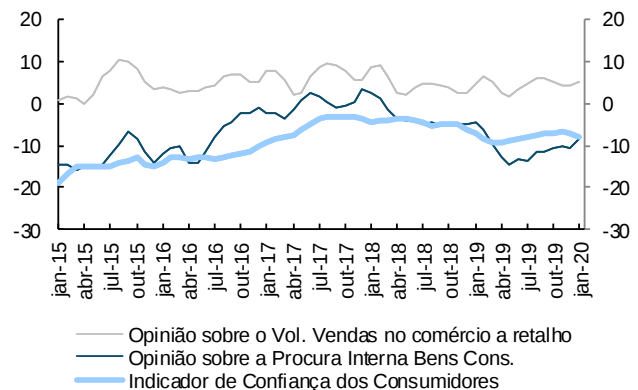
Figura 2.4. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho
(MM3, VH)



Fonte: INE.

No trimestre terminado em janeiro, o indicador de confiança do Comércio registou uma progressão positiva, com indicações positivas de todas as componentes, opiniões sobre o volume de vendas, perspetivas de atividade e apreciações relativas ao volume de stocks. Todavia, este comportamento sofreu uma redução em fevereiro (e em março) refletindo o contributo negativo das perspetivas de atividade, ainda que as opiniões sobre o volume de vendas tenham estabilizado e sobre o volume de stocks evoluído positivamente, num contexto de forte procura por bens alimentares no contexto de pré-pandemia.

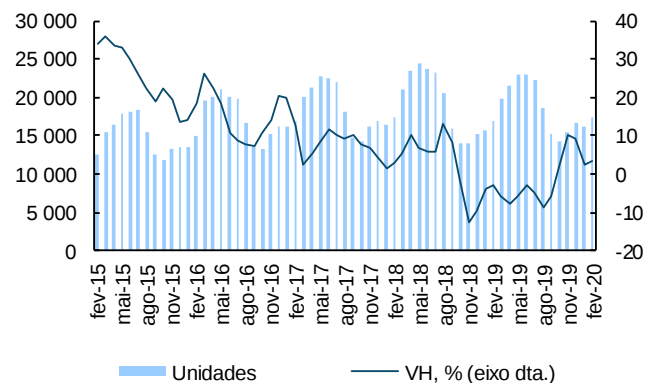
Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores
(SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

No mês de fevereiro de 2020, foram vendidos um total de 20 263 veículos ligeiros de passageiros novos, o que traduz um aumento de 5 840 unidades face a janeiro, ou seja uma variação mensal de 40,9% e um crescimento homólogo de 7,4%, invertendo a tendência de quebra homóloga do mês anterior.

Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passa-geiros
(MM3)



Fonte: ACAP.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

Indicador	Unidade	2019	2018	2019				2019			2020	
			4T	1T	2T	3T	4T	out	nov	dez	jan	fev
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	2,9	3,2	2,5	1,9	2,6	2,0	-	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SER-VE	-6,2	-6,2	-9,5	-8,3	-7,1	-7,2	-6,6	-6,9	-8,3	-8,4	-7,6
Confiança Comércio Retalho: Vendas últimos 3 meses	SER-VE	4,0	2,4	5,1	3,3	6,0	4,3	3,6	5,6	3,7	5,8	4,2
Índice de Vol. De Negócios no Comércio a Retalho*	VH	1,2	5,0	4,9	5,0	4,6	3,6	3,7	4,4	2,8	4,0	-9,5
Bens Alimentares	VH	0,8	4,7	3,4	4,7	4,2	3,5	4,2	3,8	2,4	3,7	10,4
Bens não alimentares	VH	1,5	5,3	6,1	5,2	4,9	3,8	3,4	4,9	3,1	4,3	7,0
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	-1,6	-9,8	-5,9	-3,0	-5,6	9,1	12,2	5,8	9,5	-8,0	7,4
Importação de Bens de Consumo***	VH	1,6	6,6	7,0	2,3	6,0	5,3	6,0	1,7	8,5	2,2	-15,1

* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; de acordo com a nova base 2015=100; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300 Kg; *** Exclui material de transporte.

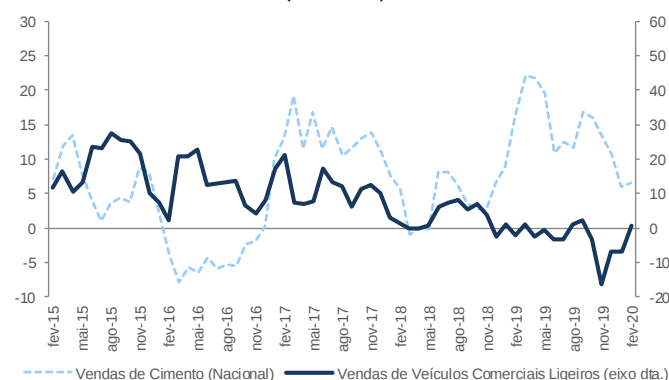
Fontes: INE e ACAP

Investimento

Os dados disponíveis para o investimento relativos ao trimestre terminado em fevereiro de 2020 mostram que, em termos médios homólogos:

- as vendas de veículos comerciais ligeiros aumentaram 0,5% (que compara com uma diminuição de 6,7% no quarto trimestre de 2019), e as vendas de veículos comerciais pesados diminuíram 16,9% (-22,4% no quarto trimestre de 2019);
- as vendas de cimento registaram uma variação de 6,6%, inferior ao valor registado no quarto trimestre de 2019 (10,6%).

Figura 2.7. Vendas de Cimento e de Veículos Comerciais Ligeiros
(VH, MM3)

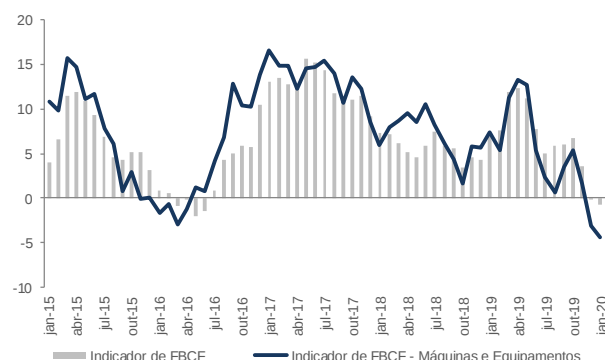


Fonte: ACAP, Secil, Cimpor.

Os dados disponíveis relativos ao trimestre terminado em janeiro de 2020, em termos médios homólogos, revelam que:

- o Índice de Volume de Negócios da Indústria de Bens de Investimento para o mercado nacional registou uma redução de 2,6% (menos 3,5 p.p. face ao quarto trimestre de 2019);
- as importações de máquinas e outros bens de capital exceto material de transporte cresceram 0,5% desacelerando 2,5 p.p. face ao registado no quarto trimestre de 2019.
- as licenças de construção de fogos aumentaram 0,7%, (menos 6,5 p.p. face ao quarto trimestre de 2019).

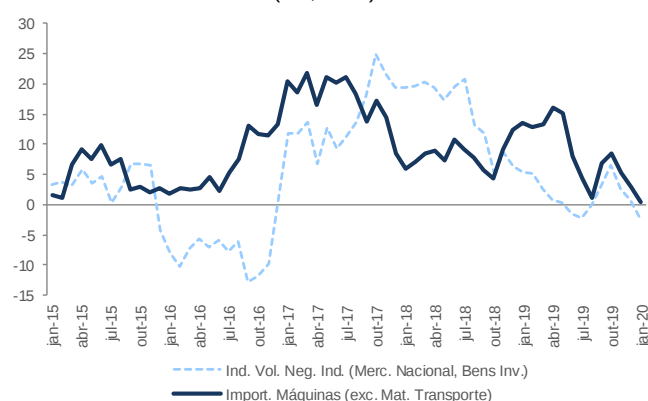
Figura 2.8. Indicador de FBCF e Componentes
(VH, MM3)



Fonte: INE.

No que concerne ao Indicador de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) do INE, verificou-se uma taxa de variação de -0,7% no trimestre terminado em janeiro de 2020 (que compara com -0,2% no quarto trimestre de 2019). Por sua vez, o Indicador de FBCF em Máquinas e Equipamentos registou uma redução na taxa de variação homóloga para -4,4% (-3,1% no quarto trimestre de 2019).

Figura 2.9. Bens de Equipamento
(VH, MM3)



Fonte: INE.

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

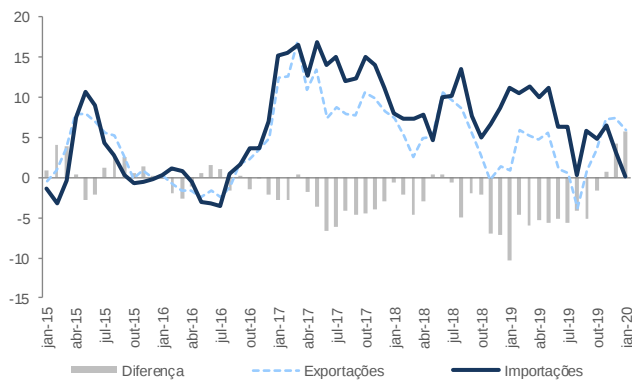
Indicador	Unidade	2019	2019					2019			2020	
			4T	1T	2T	3T	4T	out	nov	dez	jan	fev
FBC – CN Trimestrais	VH Real	6,3	7,1	11,1	9,3	8,2	-2,5	:	:	:	:	:
da qual, FBCF	VH Real	6,3	4,8	10,4	7,1	5,7	2,1	:	:	:	:	:
Indicador de FBCF	VH/mm3	6,4	4,3	11,9	7,8	6,0	-0,2	6,7	3,5	-0,2	-0,7	:
Vendas de Cimento	VH	14,9	6,5	22,2	10,8	16,9	10,6	16,6	4,2	10,4	4,3	5,9
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	-2,1	-2,6	0,9	-3,5	2,3	-6,7	-9,6	-24,8	12,5	-11,0	-5,2
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	-3,1	-12,9	9,6	17,7	-11,5	-22,4	-23,8	-39,7	-2,1	-11,7	-39,3
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	-0,5	14,6	5,7	-7,8	0,0	0,0	5,9	-3,4	-2,5	-4,9	-15,5
Licenças de Construção de fogos	VH	17,7	57,2	34,4	10	32,5	7,3	30,4	2,9	-16,8	13,2	:
Importações de Bens de Capital**	VH	7,5	12,4	13,4	8,0	6,9	2,9	10,7	-3,8	2,2	3,5	:
Índice Vol. Negócios do CG de Bens de Inv.***	VH	11	6,3	2,6	-16	2,9	0,9	5,5	-14	-15	-5,1	:

* no Comércio por Grosso; ** exceto Material de Transporte; *** para o Mercado Nacional. Fonte: INE, CIMPOR, SECIL e ACAP.

Contas Externas

Em termos homólogos nominais, no trimestre terminado em janeiro de 2020, os dados relativos ao comércio internacional de bens, divulgados pelo INE apontam para um aumento de 5,9% nas exportações e de 0,2% nas importações (que compara com um crescimento de 7,4% e de 3,2% no quarto trimestre de 2019, respetivamente).

Figura 2.10. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3, %)



Fonte: INE.

Também para o trimestre terminado em janeiro de 2020, e em termos médios homólogos nominais:

- verificou-se um aumento de 5,8%, na componente intra-comunitária das exportações, e um crescimento de 6,4% na componente extracomunitária (que compara com 7,5% e 7,1% no quarto trimestre de 2019, respetivamente);
- nas importações de bens, a componente intracomunitária diminuiu 0,2%, enquanto que as importações com origem no mercado extracomunitário registaram um aumento de 1,4% (que comparam com 3,4% e 2,4% no quarto trimestre de 2019, respetivamente).

Esta evolução reflete-se numa taxa de cobertura do comércio internacional de bens de 77,1% (72,6% em igual período de 2019).

No trimestre terminado em fevereiro 2020, observou-se uma ligeira melhoria tanto nas opiniões sobre a procura externa dirigida à indústria transformadora como na carteira de encomendas da indústria transformadora face ao quarto trimestre de 2019.

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

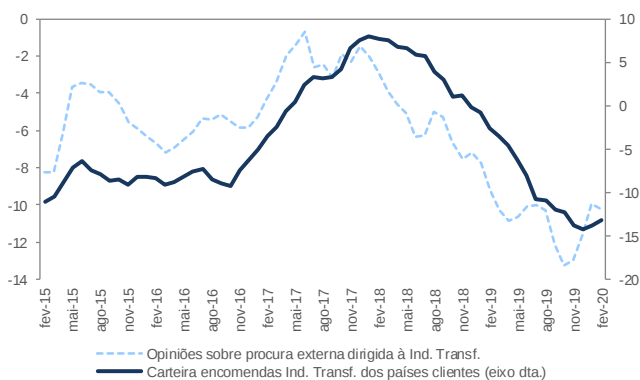
Indicador	Unidade	2019	2018	2019				2019				2020
			4T	1T	2T	3T	4T	set	out	nov	dez	jan
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	3,7	15	3,9	2,6	2,2	6,2	-	-	-	-	-
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	5,2	4,2	7,1	4,9	5,7	3,3	-	-	-	-	-
Saldo de Bens e Serviços*	% PIB	0,1	0,4	0,1	0,0	-0,2	0,1	-	-	-	-	-
Capacidade de financiamento da economia*	% PIB	0,8	12	0,7	0,8	0,6	0,8	-	-	-	-	-
Saídas de Bens	VH nom	3,6	14	5,3	11	0,8	7,4	5,2	8,3	8,1	5,5	4,2
Entradas de Bens	VH nom	6,6	8,6	11,3	6,3	5,9	3,2	12,5	6,8	0,9	17	-19

* Dados trimestrais referem-se ao ano terminado no respetivo trimestre. Fonte: INE.

Indicador	Unidade	2019	2018	2019				2019	2020	Dif.
			4T	1T	2T	3T	4T	jan	jan	
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁹ euros	1871	65	-365	-1298	2 951	582	-365	-313	52
Saldo Balança de Bens	"	-16 666	-4 771	-4 034	-4 156	-4 475	-4 001	-1465	-1302	163
Saldo Balança de Serviços	"	17 484	3 592	3 028	4 131	6 873	3 451	883	944	60
Saldo Balança de Rendimentos Primários	"	-5 211	-560	-431	-2 685	-1246	-849	-164	-326	-162
Saldo Balança de Rendimentos Secundários	"	4 212	1098	731	1 109	1 162	1210	278	225	-53

Fonte: BdP.

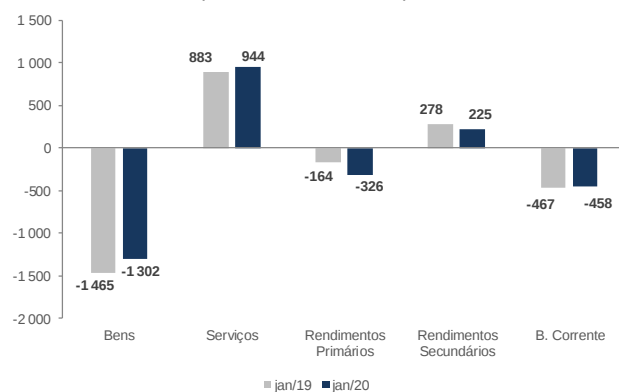
Figura 2.11. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: INE.

Em janeiro de 2020, o défice da balança corrente foi de 458 milhões de euros, o que representa uma melhoria em 9 milhões de euros em termos homólogos. Este resultado traduz uma melhoria no saldo da balança de bens e serviços, e uma deterioração no saldo da balança de rendimentos.

Figura 2.12. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



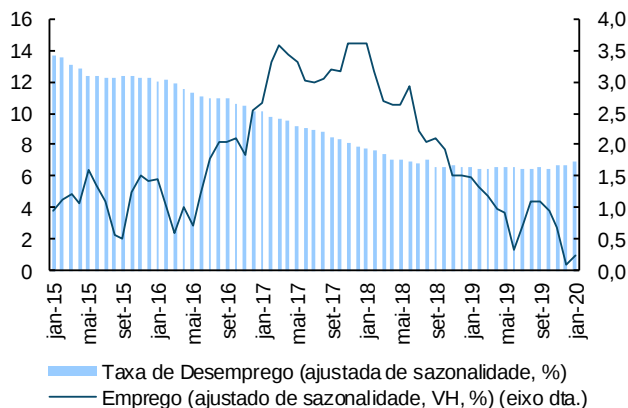
Fonte: BdP.

No mesmo período, a balança corrente e de capital apresentou uma necessidade de financiamento de 313 milhões de euros (o que representa uma redução de 52 milhões de euros face ao valor registado no mesmo período de 2019).

Mercado de Trabalho

As estimativas do Instituto Nacional de Estatística apontam para que a taxa de desemprego no primeiro mês de 2020 se tenha situado em 6,9%, traduzindo um aumento de 0,2 p.p. relativamente ao mês anterior, 0,4 p.p. por comparação com três meses antes e 0,3 p.p. relativamente a janeiro de 2019.

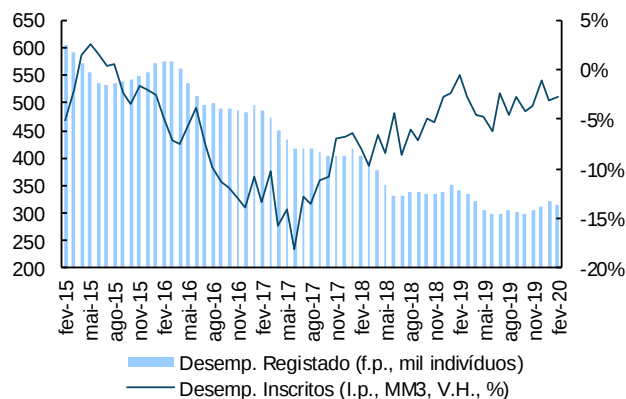
Figura 2.13. Emprego e Taxa de Desemprego



Fonte: INE.

No final de fevereiro, estavam registados, nos centros de emprego, 315 562 pessoas desempregadas, inferior em 7,9% (menos 27 140 pessoas) face a fevereiro de 2019. Em termos mensais, a evolução também é positiva, com menos 4 996 desempregados (-1,6%).

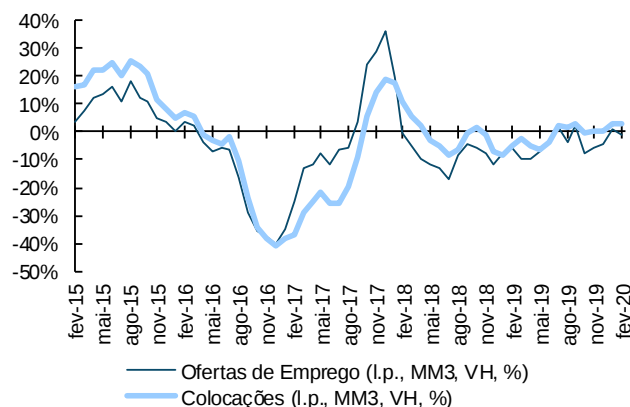
Figura 2.14. Desemprego



Fonte: IEFP

As ofertas de emprego por satisfazer, no final de fevereiro de 2020, totalizavam 13 819, correspondendo a uma redução homóloga de 12,3% e um aumento mensal de 9,1%. Face aos três meses anteriores, o rácio de colocações face aos pedidos de emprego foi de 67,2% em fevereiro (68,8 em janeiro), com as colocações a aumentarem 3,2% apesar de uma redução das ofertas, em termos homólogos, de 1,2%.

Figura 2.15. Ofertas de Emprego e Colocações
(MM3, VH)



Fonte: MTSSS.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

Indicador	Unidade	2019	2018	2019				2019			2020	
			4T	1T	2T	3T	4T	out	nov	dez	jan	fev
Taxa de Desemprego*	%	6,5	6,7	6,8	6,3	6,1	6,7	6,5	6,7	6,7	6,7	
Emprego Total*	VH	1,0	1,6	1,5	0,9	:	:	0,9	0,7	0,1	0,1	:
Desemprego Registrado (f.p.)	VH	-1,6	-16,0	-15,1	-10,3	-11,1	-8,4	-10,2	-8,6	-8,4	-8,6	-7,9
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	-0,7	-2,8	-2,7	-6,2	-2,8	-1,1	-0,2	-5,3	3,4	-5,9	-4,6
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	-2,8	-12,0	-9,7	-3,9	2,0	-4,4	-14,2	-4,1	15,6	-3,1	-8,6
Contratação Coletiva	VH	2,2	2,2	2,2	2,5	:	:	4,0	:	:	:	:
Índice do Custo do Trabalho** - Portugal	VH	2,7	10,6	1,8	0,8	:	:	-	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho** - AE	VH	2,5	2,3	2,5	2,6	2,7	2,3	-	-	-	-	-

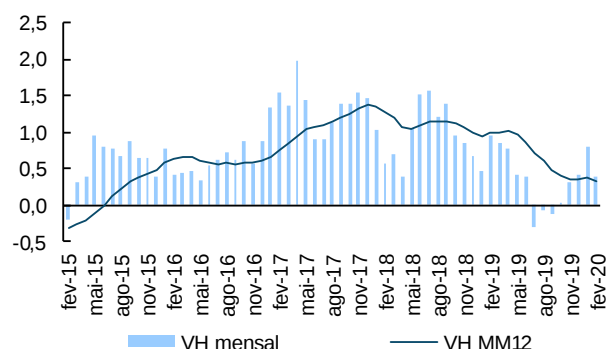
*Valores Trimestrais do Inquérito Trimestral ao Emprego. Valores mensais das Estimativas Mensais (ajustadas de sazonalidade). **Total, excluindo Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividades; f.p. - no fim do período; l.p. ao longo do período.

Fontes: INE, IEFP, MTSSS e Eurostat

Preços

No mês de fevereiro, a variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor (IPC) foi 0,4%, taxa inferior em 0,4 p.p. à registada no mês anterior. Em termos médios homólogos dos últimos 12 meses, o IPC cresceu 0,3%, menos 0,1 p.p. do que em janeiro.

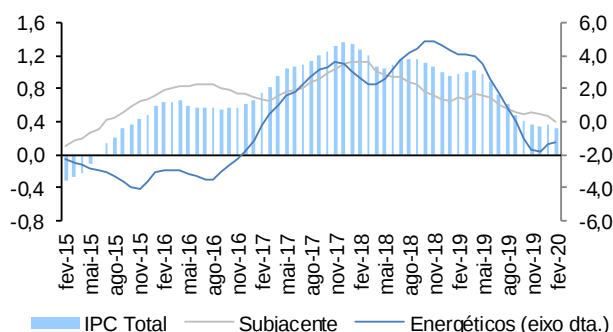
Figura 2.16. Taxa de Variação do IPC
(VH, %)



Fonte: INE.

Em termos de variação média nos últimos doze meses, a inflação subjacente registou uma variação de 0,4% (0,5% no mês anterior), o índice relativo aos produtos alimentares não transformados uma variação de 1% e o índice dos produtos energéticos uma variação de -1,2% (ambas similares às do mês anterior).

Figura 2.17. Taxa de Variação do IPC (Subjacente e Energéticos)
(MM12, VH, %)

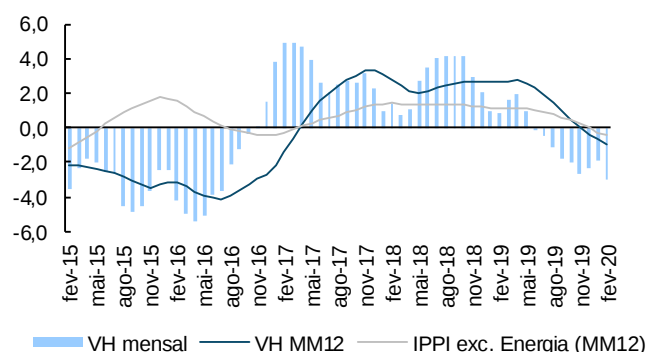


Fonte: INE.

As classes que registaram maiores crescimentos foram de os Restaurantes e hotéis (2,3%), as Bebidas alcoólicas e tabaco (1%) e os Transportes (0,9%); por seu lado, aquelas com maiores quebras foram as Comunicações (-4,3%) e o Vestuário e calçado (-2,9%).

O Índice de Preços na Produção Industrial (IPPI) diminuiu, em termos homólogos, 3% em fevereiro, taxa inferior em 1,1 p.p. ao verificado em janeiro.

Figura 2.18. Taxa de Variação do IPPI
(VH, %)



Fonte: INE.

Esta evolução traduz, especialmente, a significativa redução de 7% na Energia (-0,7% no mês anterior) e um contributo de -1,4 p.p. (-0,1 p.p. em janeiro)

Quanto às secções, a das Indústrias Transformadoras, com uma taxa de variação de 2-2%, contribuiu com -2 p.p. para a evolução do índice agregado, enquanto a de Eletricidade, Gás, Vapor, Água Quente e Fria e Ar Frio contribuiu com -1,1 p.p., resultante de uma diminuição homóloga de 13,2%.

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

Indicador	Unidade	2019	2019							2020	
			jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev
Índice de Preços no Consumidor	VC	:	0,0	-1,3	-0,1	1,1	0,0	-0,1	-0,1	-0,8	-0,6
Índice de Preços no Consumidor	VH	0,3	0,4	-0,3	-0,1	-0,1	0,0	0,3	0,4	0,8	0,4
Índice de Preços no Consumidor	VM12	:	0,9	0,7	0,6	0,5	0,4	0,4	0,3	0,4	0,3
IPC - Bens	VH	-0,3	-0,3	-0,7	-0,7	-0,7	-0,7	-0,7	-0,6	0,4	-0,2
IPC - Serviços	"	1,2	1,5	0,3	0,8	0,8	1,0	1,6	1,5	1,4	1,2
IPC Subjacente*	"	0,5	0,6	-0,1	0,2	0,2	0,3	0,6	0,4	0,4	0,1
Índice de Preços na Produção industrial	VH	-0,4	-0,1	-0,4	-1,1	-1,8	-2,1	-2,6	-2,3	-1,9	-3,0
IHPC	"	0,3	0,7	-0,7	-0,1	-0,3	-0,1	0,2	0,4	0,8	0,5
Diferencial IHPC PT vs. AE	p.p.	-0,9	-0,6	-1,7	-1,1	-1,1	-0,8	-0,8	-0,9	-0,6	-0,7

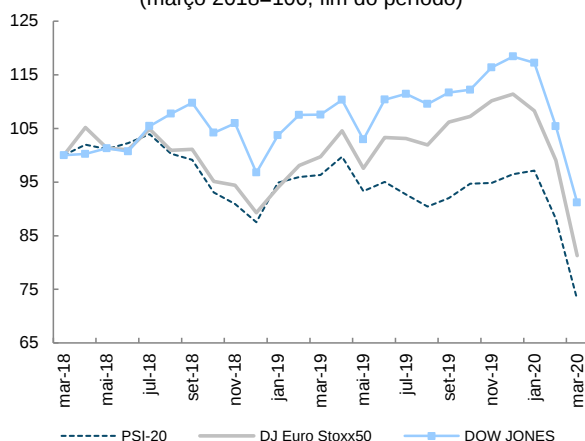
* IPC subjacente exclui os bens alimentares não transformados e energéticos.

Fonte: INE

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

No final de março de 2020, os índices bolsistas internacionais continuaram a registar perdas significativas, demonstrando o pessimismo dos investidores e a manutenção da aversão ao risco e da volatilidade, influenciados pelos efeitos do COVID-19. Assim, a 30 de março de 2020 e, face ao final do mês de fevereiro, os índices *Euro Stoxx50* e *Dow Jones* desvalorizaram 18% e 14%, respetivamente (perdas acumuladas no ano em 27% e 23%, respetivamente).

Figura 2.19. Índices Bolsistas
(março 2018=100, fim do período)

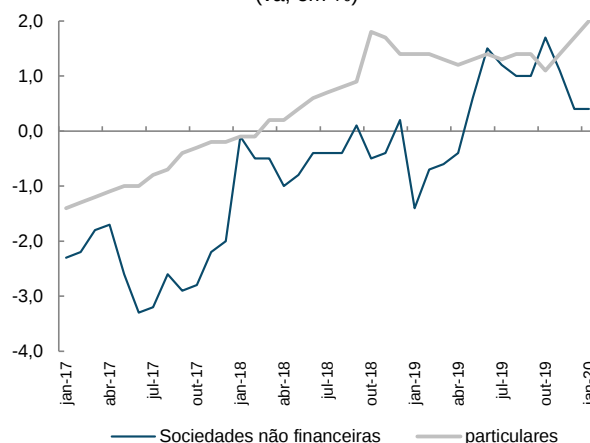


Fontes: CMVM; Finance Yahoo. Para março, o valor é do dia 30.

À semelhança dos índices bolsistas internacionais, o índice PSI-20 também evoluiu desfavoravelmente em finais de março de 2020, tendo registado uma quebra de 17% face ao final de fevereiro e de 24% face ao final de 2019.

Em janeiro de 2020, a variação anual dos empréstimos aos particulares aumentou para 2% (1,7% no mês anterior) refletindo uma aceleração no crédito à habitação; no reforço do consumo e numa melhoria no segmento para outros fins.

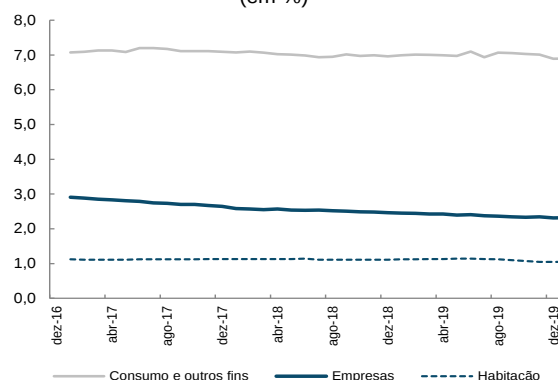
Figura 2.20. Empréstimos a sociedades não financeiras e a particulares
(va, em %)



Fonte: Banco de Portugal.

No início de 2020, as taxas de juro das operações do crédito subiram muito ligeiramente para as empresas; enquanto estabilizaram para os particulares devido à manutenção da taxa para o crédito à habitação em 1,05%.

Figura 2.21. Taxas de Juro de Empréstimos
(em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

	Unidade	2019	2019							2020	
			jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev
Yield OT 10 anos PT*	%	0,4	0,5	0,4	0,1	0,2	0,2	0,4	0,4	0,2	0,3
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha	p.b.	92	81	79	83	73	57	77	94	65	91
PSI 20*	VC	10,2	19	-2,5	-2,5	18	2,9	0,2	17	0,7	-9,3
Empréstimos a particulares: - para habitação	va	10	0,7	0,6	0,8	0,7	0,4	0,6	10	11	:
- para consumo	va	7,7	7,3	7,1	7,1	7,1	6,8	7,3	7,7	8,3	:
Empréstimos a empresas	va	0,4	15	12	10	10	17	11	0,4	0,4	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação	%	105	1,14	1,13	1,12	1,10	1,07	1,05	1,05	1,05	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas	%	2,31	2,41	2,38	2,36	2,34	2,33	2,35	2,31	2,32	:

* Fim de período. Fontes: IGCP; CMVM e BdP.

Finanças Públicas

No mês de fevereiro de 2020, a execução orçamental das Administrações Públicas registou excedente de 1 274 milhões de euros, um aumento de 4,3 milhões de euros face ao mesmo período do ano transato, não obstante o crescimento de 3,8% da *Despesa Efetiva* que superou ligeiramente o aumento de 3,5% da *Receita Efetiva*.

A evolução da receita, que cresceu quase 500 milhões de euros, resultou sobretudo do crescimento das *Contribuições de Segurança Social* (7,4%), justificado pela evolução positiva do mercado de trabalho, e da *Receita Fiscal* (1,7%). Do lado da despesa, que subiu 494 milhões de euros, destaca-se o crescimento das *Transferência Correntes* (4,1%), em parte devido ao aumento (mais 257 milhões de euros) das transferências para a Administração Central e das *Despesas com Pessoal* (mais 158 milhões de euros) devido à política de promoção salarial das Administrações Públicas. O Saldo Primário reduziu-se em 62,5 milhões de euros face a fevereiro de 2019, registando um excedente no valor de 2 723 milhões de euros.

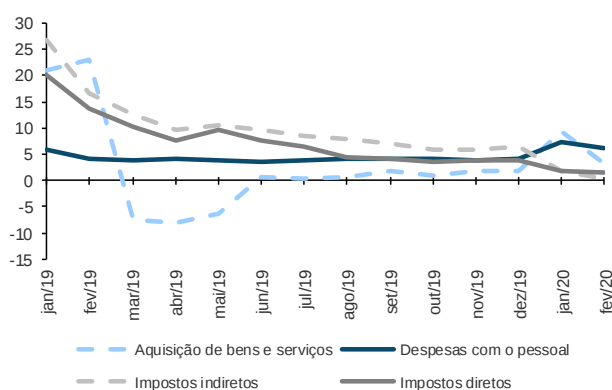
Por subsectores, a Administração Central apresentou um excedente de 112 milhões de euros, a Administração Regional e Local um excedente de 221 milhões de euros e a Segurança Social obteve um saldo positivo de 941 milhões de euros.

Administração Central

Em fevereiro de 2010, o *Saldo Orçamental da Administração Central* (AC) registou um excedente de 112 milhões de euros que representa mais 88 milhões de euros em termos homólogos. O Saldo Primário registou um excedente de 546 milhões de euros, mais 34 milhões de euros que em igual período do ano passado.

Esta evolução é explicada pelo crescimento da *Receita Efetiva* em 3,9%, que compensou o aumento da *Despesa Efetiva* em 3%. O comportamento da receita é fundamentalmente explicado pelo aumento da *Receita Fiscal* (1,5%), e das *Contribuições Sociais* (7,4%). Do lado da despesa, é de salientar o aumento das *Despesas com o Pessoal* (6%), e das *Aquisições de Bens e Serviços* (3,2%). Em sentido inverso, os *Juros e Outros encargos* registaram uma diminuição de 3,7%.

Figura 2.22. Execução Orçamental da Administração Central
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Por subsectores, o subsector Estado registou em 2019 um déficit de 667 milhões de euros (agravando o saldo em 357 milhões face ao período homólogo), tendo o saldo primário atingido excedente de 773 milhões de euros.

Quadro 2.8. Receita fiscal do Estado

	2019	2020	
	jan a fev		
	10 ⁶ euros	VHA (%)	
Receita Fiscal	7 679	7 779	1,3
Impostos diretos	2 564	2 659	3,7
IRS	2 384	2 461	3,2
IRC	177	128	-27,6
Outros	3	70	2016,7
Impostos indiretos	5 114	5 120	0,1
IVA	3 635	3 772	3,8
ISP	710	699	-1,4
Imp. de selo	286	191	-33,2
Imp. s/ tabaco	200	201	0,9
ISV	129	100	-22,2
IUC	67	60	-10,0
IABA	41	43	4,3
Outros	47	53	12,8

Fonte: DGO.

Fonte: DGO.

Neste subsector destaca-se o crescimento de 1,3% da *Receita Fiscal*. Os *Impostos Diretos* cresceram 3,7%, assinalando-se o aumento da receita com *IRS* de 3,2% e a diminuição do *IRC* (27,6%). Os *Impostos Indiretos* aumentaram 0,1%, para o qual contribuiu o comportamento do *IVA* (3,8%) e ainda do *Imposto sobre o Tabaco* (0,9%) e *IABA* (4,3%). Em sentido oposto, é de salientar a diminuição do *ISV* (22,2%), do *Imposto do Selo* (33,2%) e do *IUC* (10%).

Quadro 2.9. Execução Orçamental da Administração Central

	2019	2020	2019		2020	
	jan a fev		nov	dez	jan	fev
	10 ⁶ euros		VHA (%)			
Receita Efetiva	10 127	10 519	5,6	3,8	3,6	3,9
Impostos diretos	2 564	2 659	3,2	-0,2	0,4	3,7
Impostos indiretos	5 261	5 286	8,5	7,7	6,9	0,5
Despesa Efetiva	10 104	10 407	0,7	1,8	2,3	3,0
Despesa com pessoal	2 401	2 546	3,9	4,1	4,0	6,0
Aquisição bens e serviços	1 192	1 230	0,3	0,6	1,9	3,2
Juros	1 489	1 435	-8,8	-8,6	-8,3	-3,7
Investimento	451	497	0,6	3,7	2,4	10,1
Saldo Global	24	112	-	-	-	-
Saldo Primário	1 513	1 547	-	-	-	-

Fonte: DGO.

Relativamente à receita não fiscal, é de referir o crescimento de 19,9%, devido essencialmente ao aumento dos *Rendimentos de Propriedade* (16,4%) e *Vendas de Bens e Serviços Correntes* (106,2%).

O subsector dos Serviços e Fundos Autónomos (incluindo EPR) apresentou um excedente de 779 milhões de euros, o que corresponde a uma melhoria de 445 milhões de euros face a fevereiro de 2019. O crescimento da receita (18,1%) é justificado pelo aumento das *Transferências da Administração Central* (11,1%) e pelo aumento das *Taxas Multas e Outras Penalidades* (2,8%). Do lado da despesa, são de registar os aumentos da *Despesa com Pessoal* (9,1%), da *Aquisição de Bens e Serviços* (2,3%) e das *Transferências Correntes* (9,6%).

Por entidades, destacam-se a melhoria dos saldos do *Fundo de Garantia de Depósitos* (133 milhões de euros), da *Serviço Nacional de Saúde* (129 milhões de euros), das *Infraestruturas de Portugal* (360 milhões de euros) do *IEFP* (74 milhões de euros).

Serviço Nacional de Saúde (SNS)

A execução financeira do SNS em fevereiro de 2020 registou um excedente de 97 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 62 milhões de euros face ao período homólogo.

A receita total aumentou 11,3%, atingindo 1 795 milhões de euros, justificado pelo crescimento de 12,8% das *Transferências do Orçamento do Estado* que se fixaram em 1 702 milhões de euros. Refira-se que estas transferências constituem 94,8% do total da receita.

A despesa total aumentou 7,6% em termos homólogos, atingindo 1 698 milhões de euros. Para esta variação contribuiu o aumento de 10,5% nas *Despesas com pessoal* e de 5,8% da *Despesa com Aquisição de Bens e Serviços*. Relativamente a esta componente, evidenciaram-se os crescimentos de 5,8% de *Produtos Vendidos em Farmácias*, de 6,4% de *Aquisição de Bens (compras de inventários)* e de 10,6% de *Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica*. Em sentido contrário, é de salientar a redução da despesa com as *Parcerias público-privadas* (-36%), que, em parte, reflete a passagem da parceria público-privada de Braga a Hospital de Braga, E.P.E.¹.

Caixa Geral de Aposentações (CGA)

Em fevereiro de 2020, o excedente de execução orçamental da CGA foi de 182 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 26 milhões de euros quando comparado com igual período de 2019. Em termos homólogos, a variação do saldo reflete um aumento de 7,2% da Receita Efetiva e um aumento de 10,3% da Despesa Efetiva. Do lado da receita, verificou-se uma subida da receita de Quotas e Contribuições para a CGA (7,8%) e das Transferências Correntes do OE (6%). Quanto à despesa efetiva, a despesa com as Pensões e Abonos da Responsabilidade da CGA subiu 10,6%, enquanto as Pensões e Abonos da Responsabilidade do Orçamento do Estado aumentaram 12,5%.

Quadro 2.10. Execução Financeira do SNS e Orçamental da CGA

	Serviço Nacional de Saúde					Caixa Geral de Aposentações			
	2019		2020			2019		2020	
	jan a fev					jan a fev			
	10 ⁶ euros		VHA (%)	Grau de execução (%)		10 ⁶ euros		VHA (%)	Grau de execução (%)
Receita Total	1 612	1 795	11,3	-	Receita Efetiva	1 547	1 659	7,2	:
Receita fiscal	30	29	0,0	-	Contribuições p/ a CGA	560	603	7,6	:
Outra receita corrente	1 580	1 762	11,5	-	Quotas e contribuições	541	583	7,8	:
Transferências correntes do OE	1 510	1 702	12,8	-	Transferências correntes do OE	880	934	6,2	:
Receita de capital	2	4	95,0	-	Complicação do OE	830	880	6,0	:
Despesa Total	1 578	1 698	7,6	-	Compensação por pagamento de pensões	50	54	8,5	:
Despesa com pessoal	698	772	10,5	-	Despesa Efetiva	1 339	1 477	10,3	:
Aquisição de bens e serviços	861	910	5,8	-	Pensões	1 303	1 440	10,5	:
Despesa de capital	8	8	9,3	-	Pensões e abonos responsabilidade da CGA	1 168	1 292	10,6	:
Saldo Global	34	97	-	-	Saldo Global	208	182	-	-

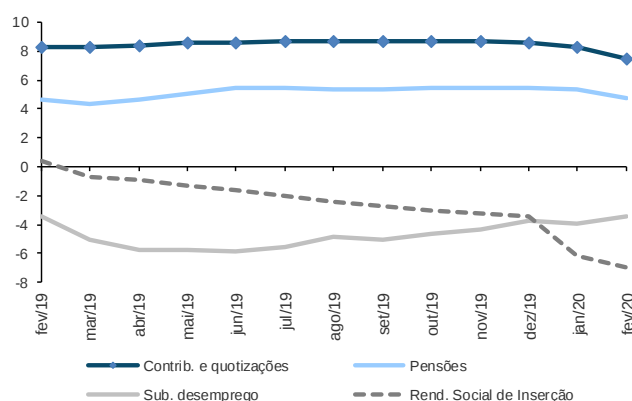
Fontes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

¹ Em compensação, a passagem da PPP de Braga a Hospital de Braga, E.P.E. implicou um aumento da Despesa com Pessoal e da Aquisição de Bens e Serviços.

Segurança Social

Em fevereiro de 2020, a Segurança Social apresentou um excedente de 941 milhões de euros o que significou uma diminuição de 73 milhões de euros face a igual período do ano anterior. A receita efetiva aumentou 4,2% em termos homólogos, devido essencialmente ao crescimento das receitas com *Contribuições e quotizações* (7,4%), para o qual contribuiu a evolução positiva do mercado de trabalho, o aumento do salário mínimo, para além das medidas de combate à fraude e evasão, compensando assim a diminuição das *Transferências do Orçamento do Estado* (-3%).

Figura 2.23. Execução Orçamental da Seg. Social
(VHA, em %)



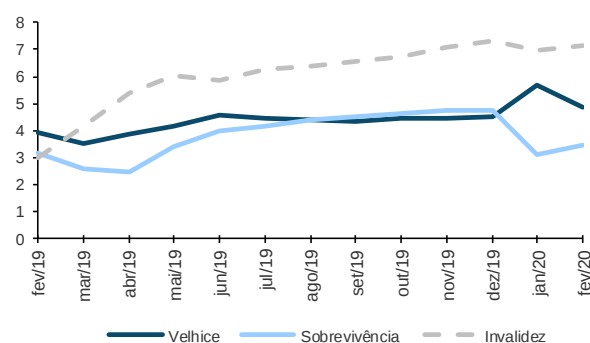
Fonte: DGO.

É ainda de salientar que das *Transferências do Orçamento do Estado*, as transferências para cumprimento da Lei de Bases da Segurança Social ficaram praticamente no mesmo valor (1 164 milhões de euros) assim como o IVA social (142 milhões de euros). A receita de IRC consignada à Segurança Social, bem como Adicional ao IMI¹ registaram diminuições de 100% face ao período homólogo (neste período não ocorreram, o que contrastou com os cerca de 42 milhões transfe-ridos em fevereiro de 2019).

A despesa efetiva aumentou 7,1%, reflexo fundamentalmente do aumento da despesa com pensões (4,7%), do Subsídio familiar a crianças e jovens (13,6%), da Prestação Social para a Inclusão (38,3%) e da Ação Social (4,6%) e do Subsídio de Doença (4,7%).

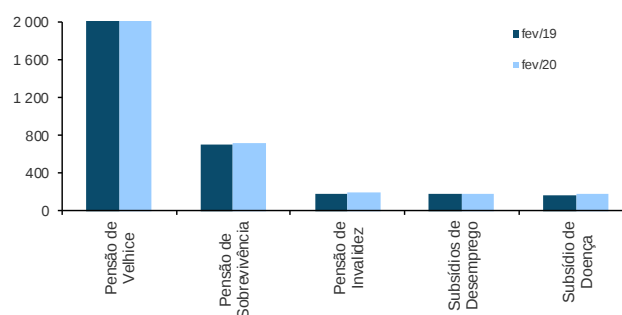
Em particular, a evolução das pensões é justificada pelas atualizações extraordinárias de pensões em 2018 e em 2019, e pelo aumento do número de pensionistas. Em sentido oposto, assistiu-se a uma redução de 3,5% das *Prestações de desemprego*.

Figura 2.24. Despesa em Pensões da Seg. Social
(VHA, em %)



Nota: Não inclui a atualização extraordinária das pensões.
Fonte: DGO.

Figura 2.25. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos
(milhares, em final do mês)



Fonte: MTSSS.

Quadro 2.11. Execução Orçamental da Segurança Social

	Segurança Social			
	2019	2020		
		jan a fev		
	10 ⁶ euros		VHA	Grau de execução (%)
Receita Efetiva	5 018	5 228	4,2	:
Contribuições e quotizações	2 981	3 203	7,4	:
Transferências correntes da Administração Central *	1 491	1 459	-2,1	:
Despesa Efetiva	4 004	4 288	7,1	:
Pensões	2 443	2 559	4,7	:
Subsídio de desemprego e apoio ao emprego	220	212	-3,5	:
Outras Prestações Sociais	798	867	8,7	:
Saldo Global	1 014	941	-	-

Fonte: DGO.

¹ Adicional ao IMI e a receita de IRC estão consignados ao Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social.

Administração Regional

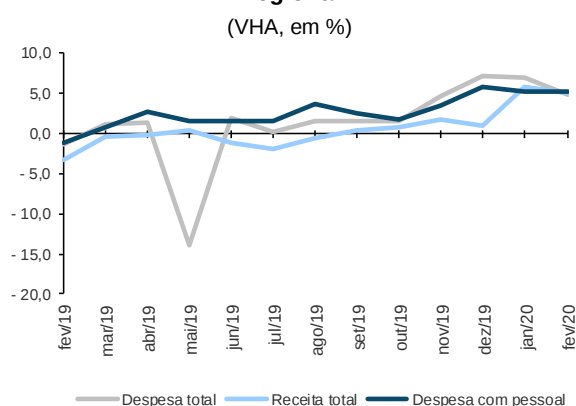
Em fevereiro de 2020, a Administração Regional apresentou um saldo positivo de 49 milhões de euros, o que representa um aumento de 7 milhões de euros em termos homólogos. Esta evolução é explicada pelo aumento da *Receita Efetiva* (5,1%) o que mais que compensou o aumento verificado na *Despesa Efetiva* (3,7%),

Ambas as regiões autónomas apresentaram excedentes (de 35 milhões de euros para a Região Autónoma da Madeira e de 15 milhões de euros para a Região Autónoma dos Açores), representando uma melhoria face ao período homólogo na Região Autónoma da Madeira (mais 14 milhões de euros) e uma piora na Região Autónoma dos Açores (menos 7 milhões de euros).

Para o aumento da *Despesa Efetiva* contribuiu, fundamentalmente, o aumento da *Despesa com Pessoal* (8,1%), da *Aquisição de Bens e Serviços* (29,1%) assim como as *Despesas de Capital* (5,7%), o que contrastou com a diminuição da despesa com *Juros e Outros Encargos* (-36%).

Do lado da receita, salienta-se o aumento de 8% da *Receita Fiscal* e de 1,7% das *Transferências do Orçamento do Estado*. Em sentido oposto, é de referir a diminuição nas *Transferências de Capital do Orçamento do Estado* (-14,6%).

Figura 2.26. Execução Orçamental da Administração Regional



Fonte: DGO

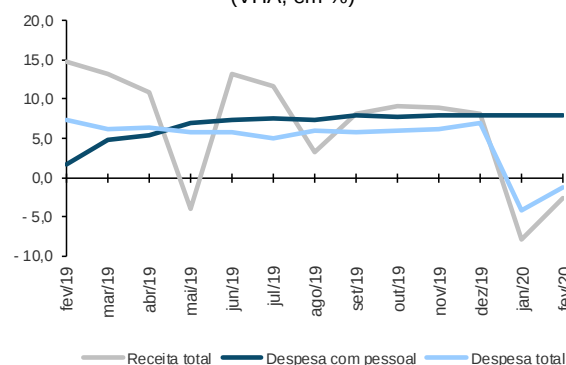
Administração Local

O saldo do subsector da Administração Local em fevereiro de 2020 diminuiu 18 milhões de euros face ao registado no período homólogo, atingindo 172 milhões de euros. Para tal contribuiu uma diminuição da *Receita Efetiva* superior à da *Despesa Efetiva* (-2,6% e -1,2% respetivamente).

Para este resultado contribuiu o crescimento da *Receita Fiscal* (1,8%). As *Transferências Correntes do Orçamento do Estado* aumentaram 3,9%, devido sobretudo às *Transferências no âmbito da Participação no IRS* (20,5%). Adicionalmente, as *Taxas Multas e Outras Penalidades* apresentaram um aumento de 2,2%. Comportamento contrário teve a *Receita de Capital* que registou uma diminuição de 29,8%, muito devida à quebra de 90,6% da *Venda de Bens de Investimento*.

O comportamento da despesa assenta na quebra das *Despesas com Pessoal* (-0,4%), da *Aquisição de bens e serviços* (-5,2%), e da *Despesa de Capital* (-3,2%). A contrapartida, registou-se um aumento das *Transferências Correntes* de 16,1%.

Figura 2.27. Execução Orçamental da Administração Local
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.12. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Regional			Administração Local		
	2019	2020		2019	2020	
	jan a fev			jan a fev		
	10 ⁶ euros		VHA (%)	10 ⁶ euros		VHA (%)
Receita Total	392	413	5,1	1 128	1 098	-2,6
Impostos	216	234	8,0	306	313	1,2
Transferências correntes	104	102	-1,9	439	449	2,9
Transferências de capital	51	50	-2,6	97	105	7,2
Despesa Total	350	363	3,7	929	927	-1,2
Pessoal	151	163	8,1	366	365	-0,4
Aquisição de bens e serviços	65	84	29,1	284	269	-5,2
Juros e outros encargos	44	28	-36,0	8	5	-41,2
Transferências correntes	34	29	-15,0	84	98	16,1
Investimento	6	5	-16,3	139	142	-3,5
Transferências de capital	42	47	14,2	24	23	-1,9
Saldo Global	42	49	-	199	172	-

Fonte: DGO

Dívida Pública

Dívida Pública das Administrações Públicas (ótica de Maastricht)

No final de janeiro, a dívida das Administrações Públicas atingiu 252 051 milhões de euros, o que corresponde a um aumento mensal de 311 milhões de euros.

Os depósitos das AP fixaram-se em 17 347 milhões de euros, que representa um aumento mensal de 2 857 milhões de euros.

Quadro 2.13. Dívida das Administrações Públicas
(milhões de euros)

	2018 dez	2019 dez	2020 jan
Administrações Públicas	249 143	249 740	252 051
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	255 680	255 973	258 782
Administração Regional e Local	10 152	9 942	9 957
Segurança Social	2	0	0
Consolidação entre subsectores	16 691	16 176	16 689
<i>por memória:</i>			
Depósitos da Administração Central	12 239	9 909	12 584
Depósitos das Administrações Públicas	16 624	14 490	17 347

Fonte: Banco de Portugal.

Dívida não Financeira das Administrações Públicas

A dívida não financeira das Administrações Públicas no final de fevereiro atingiu 1 567 milhões de euros, menos 337 milhões de euros em comparação com o período homólogo, mas mais 140 milhões que no final de 2019 e mais 70 milhões que no mês anterior. A variação mensal é explicada pelo aumento da dívida não financeira da Administração Central (em 74 milhões de euros), parcialmente compensada pela redução da dívida da Administração Regional (5 milhões de euros). Em termos homólogos verificou-se uma redução na Administração Local e Regional (menos 279 milhões de euros e menos 94 milhões de euros, respetivamente) e um aumento na Administração Central (de 36 milhões de euros).

Quadro 2.14. Dívida não Financeira das AP¹
(milhões de euros)

	2019 dez	2019 fev	2020 fev
Administrações Públicas	1 426	1 904	1 567
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	443	518	554
Administração Regional	89	212	118
Administração Local	895	1 174	895
Segurança Social	0	0	0

Fonte: DGO.

Os pagamentos em atraso das Administrações Públicas (dívidas por pagar há mais de 90 dias) atingiram 614 milhões de euros em fevereiro, ou seja, mais 35 milhões de euros que no mês anterior e menos 125 milhões que no período homólogo. Para a evolução homóloga contribuiu a redução dos pagamentos em atraso verificada nos Hospitais EPE (menos 143 milhões de euros) e na Administração Local

(-17 milhões de euros). O aumento dos pagamentos em atraso da Administração Regional (18 milhões de euros) e dos Hospitais EPE (17 milhões de euros) e explicam a evolução mensal.

Quadro 2.15. Pagamentos em Atraso
(milhões de euros)

	2019 dez	2019 fev	2020 fev
Administrações Públicas	445	738	613
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central (excl. saúde)	22	19	22
SNS	3	2	3
Hospitais EPE	256	520	377
Empresas Públicas Reclassificadas	32	17	32
Administração Regional	72	104	120
Administração Local	59	77	59
Segurança Social	0	0	0
Outras Entidades	0	0	0
Empresas públicas não reclassificadas	0	0	0
Adm. Públicas e outras entidades	445	739	614

Fonte: DGO.

Dívida Direta do Estado

No final de fevereiro, a dívida direta do Estado atingiu 253 452 milhões de euros (252 731 milhões de euros após cobertura cambial), ou seja, mais 3 214 milhões de euros que no final do mês anterior. A emissão líquida de OT (1 471 milhões de euros), de BT (1 255 milhões de euros) e de Certificados do tesouro (402 milhões de euros) explicam a variação mensal.

Quadro 2.16. Movimento da Dívida Direta do Estado
(milhões de euros)

	31/jan/20	2020 fev			29/fev/20
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo
Transacionável	160 384	3 037	:	- 283	163 138
da qual: Bilhetes do Tesouro	10 938	1254,570	:	:	12 192
da qual: Obrigações Tesouro	134 887	1 783	:	- 311	136 359
Não Transacionável	40 226	678	218	:	40 685
da qual: Cert.Aforro e do Tesouro	28 409	538	117	:	28 829
da qual: CEDIC e CEDIM	7 473	28	18	:	7 482
Prog. de Ajustamento Económico	49 628	:	:	:	49 628
Total	250 238	3 715	218	- 283	253 452
Dívida total após cobertura cambial	249 547	-	-	-	252 731

Fonte: IGCP.

Emissões e Amortizações de Dívida

No dia 11 de março, a República Portuguesa efetuou dois leilões de Obrigações do Tesouro, tendo colocado, na fase competitiva, 681 milhões de euros de OT 2,875%out2025, à taxa de 0,059%, e 500 milhões de euros de OT 0,475%out2030, à taxa de 0,426%.

A 18 de março, o IGCP realizou 2 leilões de BT, tendo colocado, na fase competitiva, 595 milhões de euros a 6 meses, à taxa média de -0,089%, e 405 milhões de euros a um ano, à taxa média de -0,101%.

¹ Conceito de dívida não financeira no âmbito da Lei de Compromissos e Pagamentos em Atraso (Lei n.º 8/2003 de 21 de março de 2003).